

CORONAVÍRUS

Perdas mensais para a economia portuguesa podem chegar aos 4 mil milhões

Com a actividade económica quase estagnada em sectores fundamentais para a economia portuguesa, uma recessão é o cenário mais provável, avisam os economistas, com a sua dimensão a depender da duração da crise sanitária

Sérgio Aníbal

A situação de quarentena em que vive actualmente uma grande parte da população portuguesa pode conduzir, num cenário inspirado naquilo que está a acontecer em países como a China ou Itália, a perdas para a economia que superam os 4 mil milhões de euros ao mês, um valor que corresponde a quase um quarto do valor acrescentado mensal da economia portuguesa.

Os cálculos, ainda preliminares e assumindo pressupostos relativamente à percentagem de empresas que podem ver a sua actividade fechada por causa da quarentena, são apresentados numa análise realizada pelo economista Francesco Franco, professor na Nova SBE.

Salvaguardando que os números apresentados “são indicativos e têm como objectivo identificar uma ordem de grandeza”, Francesco Franco defende que, nesta fase em que se tomam decisões sobre a resposta de política económica a dar à crise, “começa a ser importante perceber quais os números que podem estar em causa” e assinala que a análise que efectuou revela que os custos para a

economia “podem vir a ser muito altos”.

A análise centra-se nas três vias pelas quais as medidas de contenção do coronavírus poderão fazer conduzir a impactos directos negativos na actividade económica: a diminuição da procura de bens e serviços consumidos fora de casa, a redução da oferta de trabalho na produção de bens e a redução da oferta de trabalho na produção de serviços que não podem ser consumidos *online*.

A primeira via – a diminuição do

consumo de bens e serviços por parte da população, pelo facto de uma grande parte das pessoas ficar em casa e várias lojas fecharem – é, de longe, a que pode gerar um impacto mais negativo. Levando em conta que, na China e em Itália, se chegou a uma situação em que os únicos estabelecimentos comerciais que se mantiveram abertos foram os supermercados e as farmácias, o economista da Universidade da Nova assume como pressuposto uma redução de 80% neste sector, o que significaria,



tendo em conta os números sectoriais disponíveis, uma perda mensal de 3200 milhões de euros no valor acrescentado da economia portuguesa.

Relativamente à impossibilidade de uma parte dos trabalhadores continuar a contribuir para a produzir bens, é assumida uma quebra da actividade nesse sector de 20%, o que representaria uma perda mensal no valor acrescentado de 720 milhões de euros. E, por fim, no que diz respeito à produção de serviços, é assumida uma quebra de 5%, correspondendo a uma perda de 359 milhões de euros no valor acrescentado.

No total, a perda estimada, tendo em conta os pressupostos de quebra de actividade assumidos, supera os 4 mil milhões de euros ao mês, o que representa quase um quarto do valor acrescentado mensal português.

Outros números que revelam a dimensão dos impactos que podem ser sentidos pela economia portuguesa são, por exemplo, os 1440 milhões de euros que podem vir a ser afectados pela redução da procura ou os 370 mil trabalhadores que poderão ter problemas em continuar a assegurar a produção de bens num cenário de quarentena generalizada.

O impacto global na economia portuguesa estará, é claro, dependente da rapidez com que se resolva o problema de saúde pública e se regresso à normalidade, mas com perdas mensais desta natureza, fica evidente a dimensão do desafio que constitui mitigar os impactos negativos na economia. “Como é que se pode partilhar este custo pela sociedade portuguesa? É um assunto muito importante e tem de ser resolvido, sendo que para já não se pode criar um pânico relativamente às expectativas, nas pessoas e nas empresas”, afirma Francesco Franco, reconhecendo que medidas já tomadas, como as linhas de crédito e os apoios às baixas, podem ser importantes, “se forem muito bem comunicadas e fáceis de utilizar”. Mas podem não chegar. “Se o problema for desta

dimensão e se prolongar no tempo, não sei se este tipo de medidas clássicas será suficiente”, alerta.

A caminho de uma recessão

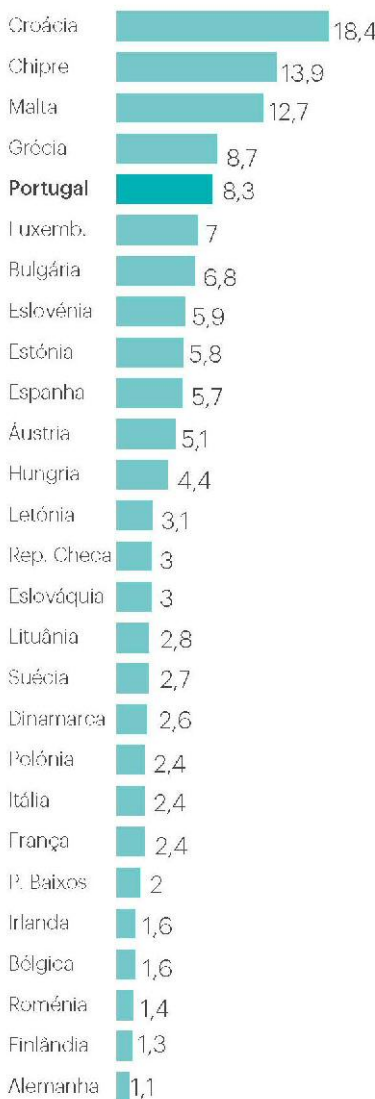
Neste momento, um pouco por todo o mundo, reina a incerteza relativa-

mente à dimensão do impacto negativo trazido pelo novo coronavírus à economia. Apenas uma coisa é certa: já está a ocorrer uma quebra significativa na actividade.

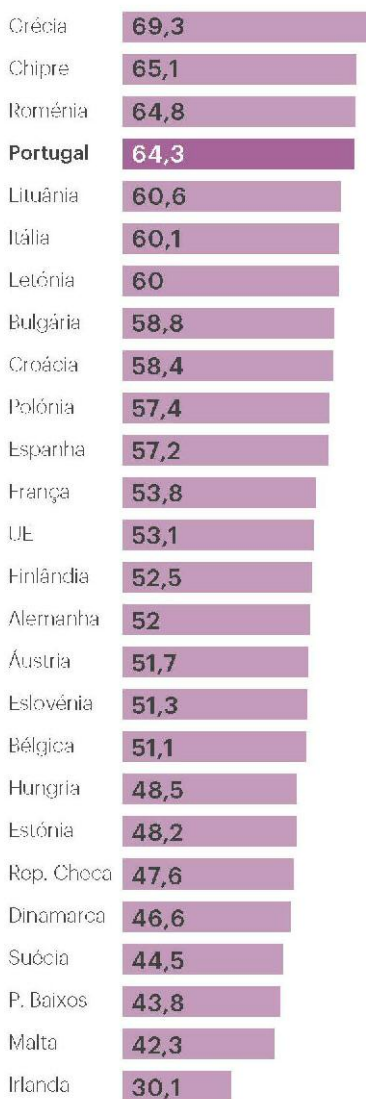
Para Portugal, as previsões de cres-

Economia portuguesa é das que mais dependem do turismo e consumo

Receitas de turismo em 2018
Em % do PIB



Consumo privado no 4.º trim. 2019
Em % do PIB



Fonte: Eurostat.

PUBLICO

Área: 84,3cm² / 45%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6773151

cimento económico ainda estão na maioria dos casos por actualizar. Na sexta-feira, a agência de notação financeira internacional Standard & Poor's traçou um cenário relativamente benigno para a economia portuguesa, em que o crescimento, em vez dos 1,9% projectados inicialmente pelo Governo, cairia em 2020 para 1,3%, regressando logo em 2021 para valores acima de 2%.

De Bruxelas, contudo, vêm projecções menos optimistas, mas realizadas para o total da União Europeia (UE): em vez de um crescimento de 1,4% em 2020, uma contracção de 1%. Tendo em conta a correlação muito forte entre o desempenho económico em Portugal e na Europa e o facto de a economia portuguesa ser, por exemplo, uma das que maior dependência têm do sector do turismo ou do consumo das famílias, não é difícil assumir que o impacto em Portugal possa ser muito maior do que o do resto da UE.

Para o economista Ricardo Cabral, não há dúvidas de que "o impacto no crescimento económico será significativo", afectando em particular sectores como os da "restauração, hotelaria e alojamento local, viagens, transportes de pessoas, cultura, eventos públicos e desportivos e provavelmente no mercado automóvel e no mercado imobiliário". "O coronavírus também afectará muitas cadeias de produção, nomeadamente dos serviços e o funcionamento das administrações públicas, que constituem a maior parte da actividade económica nas economias desenvolvidas". Perante isto, diz, "é provável que a economia portuguesa entre em recessão".

Teste à arquitectura do euro

Para o professor do ISEG, o cenário que se tem pela frente exigiria uma resposta mais forte das autoridades. "A resposta das autoridades nacionais

(bem como das europeias) ainda é insuficiente", afirma. Embora reconhecendo a importância de medidas entretanto tomadas e lembrando que, na política orçamental, "os estabilizadores automáticos irão funcionar", reduzindo os impostos e aumentando a despesa com subsídios de desemprego, Ricardo Cabral considera que "as medidas de política orçamental específicas de apoio aos sectores afectados são insuficientes". "Parece-me que são necessárias medidas que injectem capital nas empresas, mais do que medidas de apoio à tesouraria ou de concessão de empréstimos a essas empresas. Injecções de capital pelo sector público provavelmente traduzir-se-ão em nacionalizações completas ou parciais de grandes empresas dos sectores afectados, nomeadamente da TAP e de alguns dos grandes grupos hoteleiros nacionais", diz.

João Borges de Assunção, professor na Universidade Católica, defende uma resposta mais prudente, assinando que "a forte redução de actividade económica é ainda influenciada duplamente pela dimensão da pandemia, que ainda não se conhece na sua dimensão plena, e pelas respostas dos Estados, que também estão em mutação constante". Nesse cenário, diz, "o mais prudente para Portugal é manter o diálogo aberto com os governos dos países mais preparados, como o alemão, e tentar aplicar em

Portugal o mesmo tipo de medidas de excepção que adoptarem lá".

Para Portugal, um dos cenários mais desfavoráveis seria se, perante uma crise na economia, o país voltasse a ser colocado sob pressão dos mercados, com um agravamento sério dos seus custos de financiamento. Para já, apesar de as taxas de juro da dívida terem registado uma subida, os custos de financiamento mantêm-se em níveis bastante baixos (Portugal emitiu esta semana dívida a dez anos a uma taxa de juro inferior a 0,7%). E o facto de a Standard & Poor's ter mantido uma perspectiva "positiva" para o *rating* português revela que o país não está, como a Itália, nos radares dos mercados.

Ainda assim, é possível, como afirma Ricardo Cabral, que "se o BCE permitir que as taxas de juro das dívidas públicas de Itália e Espanha aumentem muito, o mercado de dívida portuguesa seja afectado por contágio, já que passaria a ser a própria sobrevivência do euro que estaria em causa". O economista diz que os passos dados pelo BCE na semana passada "não inspiraram confiança" e alerta que "os interesses financeiros, nomeadamente especulativos, são muito grandes". "O coronavírus representa um enorme teste à arquitectura do euro. Por conseguinte, o risco de desintegração da zona euro aumentou", defende.

sergio.anibal@publico.pt

Casos confirmados no mundo

Valores às 20h00 de 15 de Março



Fonte: Universidade Johns Hopkins